

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GANDRA, REALIZADA NO DIA VINTE E UM DE JUNHO DE DOIS MIL E VINTE E UM-----

-----ATA NÚMERO DEZASSEIS-----

----- (Quadrinénio 2017-2021) -----

----- Aos vinte e um dias de junho de dois mil e vinte e um, reuniu no Pavilhão Gimnodesportivo da Cidade de Gandra, sito na Avenida dos Desportos n.º499 , a Assembleia de Freguesia, sob a presidência de Manuel Teixeira, primeiro secretário Cândido Silva e segundo secretário, Sérgio André. -----

----- Estiveram presentes os seguintes membros:-----

----- Partido Socialista (PS): Luís Matos, José Fontes, Sandra Gaspar, Armando Leal e Angelina Gonçalves. -----

----- Partido Social Democrata (PSD): Manuel Teixeira, Cândido Silva, Sérgio André, Alberto Ferreira, Nuno Barros, José Costa, Jorge Oliveira e Goreti Nascimento. -----

----- Às vinte e uma horas e trinta minutos, constatada a existência de quórum, o Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão.-----

----- O Presidente da Assembleia de Freguesia, Manuel Teixeira, iniciou a sessão esclarecendo que a deputada Sílvia Sá Pinto pediu a sua substituição, sendo substituída por José Moreira Fontes, Filomena Costa também pediu a sua substituição sendo substituída por Goreti Nascimento e Rui Pedro Rocha foi substituído por José Costa, por perda de mandato. De seguida foi lida a comunicação da informação remetida a Rui Pedro Rocha relativamente à sua perda de mandato, a qual passo a transcrever: ***“ Conforme estipulado no art.º 5 nº 1 alínea b) do regimento da assembleia de freguesia a mesa, a que presido, deliberou a sua perda de mandato por faltas injustificadas às sessões da assembleia de freguesia de 10/03/2021 e 20/04/2021. A mesa não recebeu qualquer justificação para as faltas mencionadas de acordo com o estipulado no nº 3 do art.º 5 do regimento da nossa assembleia. Poderá, no entanto, recorrer desta decisão para o plenário da assembleia de freguesia conforme descrito no nº 4 do artigo 5º do regimento supra referenciado. A mesa da assembleia de freguesia “.-***

----- 1.PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- Após solicitação para intervenção neste ponto, inscreveram-se as seguintes pessoas: Armando Leal e Alberto Ferreira. -----

----- Tomou da palavra Armando Leal, que depois de cumprimentar todos os presentes, demonstrou o seu desagrado relativamente à falta de atualização do site. Refere também que

este assunto tem sido abordado constantemente em todas as assembleias e mesmo reconhecendo algumas melhorias, considera-as insuficientes. -----

----- Em resposta a Armando Leal e depois de cumprimentar todos os presentes, o presidente de junta louva a persistência do mesmo em relação ao site, referindo que este executivo ainda não terminou o mandato, estando em plenas funções, garantindo a atualização do site até final do mandato. -----

----- Tomou da palavra Alberto Ferreira, que demonstrou o seu descontentamento com a bancada do PSD, pois não foi convocado para a reunião de preparação desta assembleia e ainda referiu que também não recebeu a última ata. -----

----- Em resposta a Alberto Ferreira, o presidente da assembleia referiu que relativamente à ata, a informação que dispõe é que a mesma foi enviada para todos os deputados sem exceção no sábado passado, dia dezanove, não tendo mais qualquer informação disponível. -----

----- 2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

----- 2.1. **Discussão e votação da ata da sessão anterior**-----

----- Após abertura das inscrições para discussão deste ponto e não havendo ninguém que quisesse intervir, a mesma foi colocada à votação sendo aprovada com dez votos a favor e três abstenções em virtude de não terem estado presentes na dita assembleia. -----

----- 2.2. **Informação escrita do Presidente – Para Conhecimento** -----

----- Após abertura das inscrições para discussão deste ponto, ninguém interveio. -----

----- 2.3. **Relatório de atividades e prestação de contas – Ano 2020 – para apreciação e votação** -----

----- Antes da abertura das inscrições e sendo dada a oportunidade de intervenção do presidente de junta para abertura do debate, este forneceu a sua intervenção para que ficasse registado em ata, a qual passo a transcrever: "***Sobre este ponto, gostaria de fazer um pequeno enquadramento. O ano de 2020 é, sem dúvida, um ano único nas nossas vidas e do qual não há memória. Não existe na memória coletiva da freguesia, do concelho ou do país, um ano, tão assustadoramente atípico do ponto de vista sanitário e social. Neste ano transato, todos, todos, passamos por situações e contextos impensáveis, inimagináveis, mesmo para os mais pessimistas. Passamos uma grande parte do ano em situação de emergência desde 18 de março de 2020 (e depois de calamidade), com cercas sanitárias e restrições de direitos liberdades e garantias. Também os serviços públicos foram afetados por esse estado pandémico. Quando fizemos aprovar o orçamento para o ano de 2020, em dezembro de 2019, ninguém previa o que o futuro 2020 nos reservava. Nesse contexto,***

fizemos inscrever no orçamento de 2020, um valor de receita corrente de 872.672,17€, tendo sido conseguida apenas 779.816,11€ com um grau de execução de 89,36%. Para o mesmo período temporal, inscrevemos uma receita de capital de 500.000,00€. Previa-se a venda de um conjunto de terrenos propriedade da freguesia e que seriam afetados na prossecução das competências da freguesia, que, pelas estimativas mais modestas poderia alcançar o valor de 400.000,00€. Mercê de vários atrasos na obtenção da documentação necessária para esse efeito, não foi possível proceder à sua venda nesse ano de 2020. Tratou-se de um facto futuro e incerto, com o qual ninguém, poderia adivinhar. O estado de pandemia mudou a nossa vivência, os nossos quadros mentais e o mundo. Fato que a nossa freguesia de Gandra não é alheia. Por via desse atraso, nas contas submetidas a apreciação, verifica-se que a receita de capital reflete essa impossibilidade da venda, traduzindo-se numa receita de capital de apenas 118.000,00€, com um grau de execução de 23.76%. Este objetivo inalcançado ficou a dever-se à impossibilidade da venda dos terrenos. Por outro lado, atenta a obrigatoriedade do cumprimento da regra de equilíbrio orçamental, tivemos de reduzir a despesa prevista. Daí termos atingido um grau de execução de 65%. Assim, esta prestação de contas reflete a prestação de contas realmente executadas, tendo a impossibilidade de geração de receita de capital, que era expeável, afetado a execução orçamental da receita e consequentemente das despesas. -----

----- Terminada a intervenção do presidente de junta, foram abertas as inscrições, inscrevendo-se Armando Leal. -----

----- Tomando da palavra Armando Leal, este diz estar sensibilizado com o argumento utilizado pelo presidente de junta, no facto de se tratar de um ano pandémico e atípico, tentando assim desculpar a baixa taxa de execução orçamental. Contudo, este facto repetiu-se em anos anteriores os quais não foram atípicos. Lembra ainda que desde 2014 a mesma não passa de 77% e até neste mandato obteve uma taxa de execução mais baixa ainda, situando-se nos 62%, no ano de 2018. Solicita assim uma explicação para os resultados dos anos anteriores. -----

----- Em resposta a Armando Leal, presidente de junta, refere que se este observar as contas, os orçamentos têm vindo a baixar, sendo que o grau de execução no caso da receita corrente situa-se nos 89%, mesmo em contexto pandémico. Lembra que se se a venda tivesse acontecido como o previsto, a receita capital também estaria dentro do orçamento proposto. Contudo estes resultados não desculparam os anos anteriores, referindo ainda mesmo assim, o grau de execução tem vindo a subir. -----

----- De seguida este ponto foi colocado à votação, sendo aprovado com oito votos a favor da bancada do PSD contra cinco votos contra da bancada do PS.-----

----- De seguida Armando Leal, solicitou a leitura da declaração de voto dos membros eleitos pelo partido socialista, a qual passo a transcrever: **“Face aos documentos alusivos à**

“prestação de contas – ano 2020” remetidos e, após a sua análise, os membros eleitos pelo partido socialista para esta assembleia votam contra este ponto, face à perpétua má elaboração dos mesmos, que data a pelo menos 2014, revelando um total atropelo às boas práticas que à administração pública é exigida e pelas quais tanto pugnamos, como comprovam sucessivas intervenções nossas. Não seremos coniventes com a má política orçamental reiterada, cuja passa pelo inflacionamento das receitas, como comprova os míseros 66% de execução, de modo a autorizar um maior valor de despesas. Esta prática recorrente, cuja é legitimada pelos membros da assembleia que sucessivamente votam favoravelmente estes documentos, corrobora o que anteriormente aqui já enunciamos sobre a criação dum alçapão orçamental para as despesas, cujo autoriza a realização das mesmas sem que haja garantias de coletar as receitas previstas, podendo desta forma comprometer as finanças públicas da nossa autarquia local.” -----

----- **2.4 Aprovação do inventário existente à data de trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e um** -----

----- Após abertura das inscrições para discussão deste ponto e não havendo ninguém que quisesse intervir, o mesmo foi colocado à votação sendo aprovado com oito votos a favor da bancada do PSD e cinco abstenções da bancada do PS. -----

----- **2.5 Alteração modificativa ao orçamento – integração do saldo de gerência – para ratificação** -----

----- Dada a possibilidade da intervenção do presidente de junta, antes das inscrições, este referiu que esta ratificação se deve a uma questão técnica, que tem de ser feita todos os anos e que se trata da inclusão do saldo transato da gerência de 2020 no orçamento de 2021. -----

----- Após abertura das inscrições para discussão deste ponto e não havendo ninguém que quisesse intervir, o mesmo foi colocado à votação sendo aprovado com oito votos a favor da bancada do PSD e cinco abstenções da bancada do PS. -----

----- **2.6 Proposta de abertura de procedimento de alienação de terreno sito na rua de Botafogo – artigo matricial 3255** -----

----- Dada a possibilidade de intervenção do presidente de junta, antes das inscrições, este referiu que neste ponto específico daria a palavra à Lucinda Rocha, membro do executivo.-----

----- Tomou da palavra Lucinda Rocha, que depois de cumprimentar todos os presentes, fez a seguinte intervenção a qual passo a transcrever: **“Pedi a palavra para intervir neste ponto, porque pretendo dar a conhecer o assunto à população de Gandra. Contextualizado o assunto, queria começar por informar que fiz parte o executivo desta freguesia no**

mandato de 2005-2009 e 2009-2013, em que era presidente o Dr. José Mota. Nesse mandato de 2005 – 2009, os proprietários do terreno onde estava implantado o campo do BOTAFOGO, herdeiros da família conhecida por FAMILIA COELHO, intentaram uma ação contra a associação grupo desportivo UNIDOS DO BOTAFOGO, onde podiam a cessação do contrato e entrega do terreno por falta de pagamento de rendas durante cerca de 9 anos, bem como por falta de utilização do espaço. À data, o grupo desportivo contestou a ação, através de advogado o Dr. Paulo Ranito, que fez o trabalho gratuito. Esse processo veio a terminar com um acordo celebrado em que teve a intervenção da FAMILIA COELHO, o PRESIDENTE DA JUNTA DR JOSÉ MOTA, e o Dr. CELSO FERREIRA. Esse acordo previa a cedência pela família COELHO de três parcela de terreno à freguesia de Gandra, Uma destinada a “ZONA URBANA” (3.354 m2), Uma segunda destinada a abertura de um novo arruamento e uma terceira destinada ao alargamento da rua do BOTAFOGO. Como contrapartida, o município obrigou-se proceder a alterar a natureza do solo, permitindo capacidade de construção Este acordo foi assinado pelo senhor presidente da camara, pelo presidente da junta Dr. José Mota, e por todos os representantes da família coelho e foi remetido ao tribunal. Tenho aqui uma cópia na minha mão. Assim, quem determinou que o campo do BOTAFOGO fosse cortado a meio por uma nova rua foi o Sr. Dr. José Mota por acordo com a câmara e com a família coelho. Muito posteriormente, em sede de revisão de PDM a câmara veio a alterar a natureza do solo, atribuindo-lhe capacidade de construção. Ainda neste contexto, em meados ou finais de 2012, o Dr. José Mota, pretendeu construir um parque junto ao ribeiro, na parte sobre a ponte da Pica, tendo reunido na sede da junta com a família proprietária D. Emília Coelho, e filhas, que eram também uma parte do processo judicial. Nessa reunião, o Dr. José Mota, comunicou à família que pretendia fazer o parque no seu terreno junto à ponta da pica e que precisava de avançar com a obra de imediato. Pediu que o autorizasse a entrar na posse do terreno de imediato, para proceder a aterro. Como contrapartida, comprometeu-se a fazer uma permuta entre esse terreno e o terreno do BOTAFOGO, que viria a entrar na propriedade da junta, quando os documentos estivessem prontos. Desde essa data, que o terreno do campo da pica está na posse da junta de freguesia, que nele fez um conjunto de investimentos nas infraestruturas de captação e tratamento de água. Foi nesse contexto, que a família da D. Emília aceitou fazer a permuta com a junta de freguesia. Permutando o terreno e que só não foi feito, porque a documentação não estava conforme. Daqui resulta que foi a junta presidida pelo Dr. José Mota que dividiu o campo de futebol, e foi ele quem assinou o acordo que seguiu para o tribunal; foi o Dr. José Mota quem pediu o terreno do campo da pica à D. Emília. Não foi a D. Emília quem pediu à junta. Agora, tenho conhecimento que tem sido dito que o partido socialista está contra esta venda e contra esta permuta de terreno com a família em causa. Alegam que o acordo foi verbal e como tal não é válido. Sr. Presidente, da assembleia, não aceito que a junta volte a trás com a palavra dada. Somos, pessoas de bem, pessoas de palavra. Foi a junta quem pediu e quem ocupa o terreno do campo da pica. Defender-se que não devemos cumprir o acordo,

é defender que a palavra dada não vale nada. Por isso não compreendo como podem o Sr. Dr. José Mota defender uma posição que não honra a sua palavra. Também me disseram que o PS defende um parque ou jardim para o local. E a palavra do candidato do PS à junta não se cumpre? E quem paga a indemnização à família? É esse o tratamento que se dá a uma família que esteve sempre de boa fé em todo o processo? Esta posição só demonstra falta de vontade de cumprir os acordos: sejam verbais sejam escritos. Quero ainda referir que o terreno do campo do BOTAFOGO, tal como foi consta do acordo assinado pelo Dr. José Mota, encontra-se no PDM como ESPAÇO RESIDENCIAL DE BAIXA DENSIDADE. O Dr. José Mota, se tivesse querido fazer um parque ou jardim, tinha pedido no acordo que o terreno a ceder à junta fosse classificado em PDM como AREA DE EQUIPAMENTO. Mas não o fez. O PS sabe que não pode construir no local um parque e tenta iludir as pessoas, ou então nem sequer sabe para o que dá o terreno, demonstrando total impreparação, o que é muito mau. Ouvei também argumentar que é um local com história. É verdade. Mas também é verdade que quem decidiu cortar o campo ao meio foi o Dr. José Mota. Não me venham com nostalgias. A escola de vilarinho de baixo também tem muita história. Eu frequentei essa escola. E a Câmara pretendia demoli-la e enviou um contrato para junta de freguesia demolir. E foi a meu pedido, em representação de muito moradores que o nosso executivo não assinou. E, já agora, não vi ninguém do PS a defender a história deste equipamento. Para terminar Sr. Presidente, a história é feita de opções. Neste momento, optamos por avançar com a venda e com permuta. Peço ao Sr. Presidente da junta que mantenha o ponto da ordem de trabalhos e cumpra o que os outros se obrigaram.”-----

----- De seguida foram abertas as inscrições, para discussão deste ponto, inscrevendo-se Luís de Matos, Armando Leal, Sandra Gaspar e Alberto Ferreira. -----

----- Tomou da palavra Luís de Matos, que iniciou a sua intervenção esclarecendo que quem estava na oposição eram os elementos eleitos da bancada do partido socialista e não José Mota. De seguida e em relação à nostalgia sentida com a venda do “campo do botafogo”, não consegue fazer a defesa de um património histórico e emocional, pois não é do seu tempo, é algo que não viveu. Entende que se trata de um património material, mas também histórico com uma carga emocional muito grande para muitas pessoas desta terra, que guardam muitas memórias desse local. No entanto, para ele mais central é entender o porquê dessa venda, para que fim é esse dinheiro. Neste seguimento referiu, que mesmo o presidente de junta tem vindo a assumir nas suas intervenções uma boa relação com o executivo da câmara municipal, da qual tem resultado algumas obras, não descurando todas as obras essenciais que estão por fazer, nomeadamente o saneamento. Refere ainda que dependentemente do executivo que ganhe as eleições, estas obras fundamentais terão que ser feitas, pois Gandra esteve esquecida ao longo destes últimos trinta e cinco anos, com sucessivos presidentes do partido social democrata ao longo dos mesmos. Concluindo, não consegue entender o porque desta venda e para que vai servir este dinheiro, uma vez que esta venda surge logo após à anterior venda que não foi possível fazer,

pelos motivos que todos conhecem, ainda mais no final de mandato. Também gostariam de ser esclarecidos em relação as confrontações, pois na consulta que fizeram as mesmas ainda confrontavam com os anteriores proprietários a norte, admitindo que possam estar enganados. Ainda sobre a permuta, gostariam de ser esclarecidos quanto à mesma. Por fim, referiu que é sempre mau vender a não ser que seja para um investimento extremamente necessário e fundamental. -----

----- Em resposta a Luís de Matos, o presidente de junta começou por contextualizar que se trata de um terreno abandonado, já com vegetação por todo ele, dividido em parcelas, com viabilidade de construção e não destinado a área de equipamento. Aliás, algo que não foi pensado aquando do acordo, pois se assim fosse já teria ficado preparado para esse fim no PDM. De seguida referiu que o dinheiro arrecadado com a venda deste terreno, serviria uma parte para terminar o projeto da praça do calvário, pois é necessário equipá-lo e o restante será para o que for necessário. Ainda referiu que se a venda anteriormente tivesse ocorrido como prevista, agora não precisariam provavelmente de fazer esta venda e o facto de ser no fim de mandato, volta a lembrar que continuam em plenas funções e que continuarão a trabalhar até o fim do mesmo. Em relação à permuta, ainda não foi feita, mas será conforme acordado e logo que tenham a documentação necessária. -----

----- Tomou da palavra Sandra Gaspar, referindo que parte das suas perguntas já foram colocadas pelo Luís, estando assim esclarecida quanto às mesmas, no entanto ainda apresenta algumas dúvidas quanto ao terreno que será para permuta e quanto ao terreno que será para venda. Questionou ainda se o presidente de junta, irá convocar alguma assembleia extraordinária aquando da preparação para realização da mesma permuta. -----

----- Em resposta a Sandra Gaspar, o presidente de junta refere que se trata de dois terrenos distintos, um deles trata-se do terreno proposto para venda e o outro trata-se do terreno destinado para a permuta combinada com a família da D. Emília Coelho. Referiu ainda que as confrontações são uma realidade dinâmica, pois após a abertura da estrada que traça o terreno ao meio, as confrontações passaram a ser com a via pública e não com os herdeiros da família Coelho conforme descrito na matriz. Referiu ainda que os artigos matriciais são novos, terão que ser sujeitos a avaliação económica e na devida altura será convocada nova assembleia para apresentação e esclarecimento de todo o processo da permuta. -----

----- Tomou da palavra Armando Leal, referindo que todos sabem que o mandato ainda não terminou, mas, no entanto, pelo que tem dito parece que só agora é que o mandato começou, pois pretendem fazer em três meses o que não fizeram em quatro anos. Outra questão trata-se do pretensiosismo com que têm afirmado algumas questões, pois falam de cumprir acordos de pessoas que nem cá estão, e os quais querem honrar, mas, no entanto, o acordo é a permuta e não o assunto que temos cá hoje para discutir, que é a venda do outro terreno. Refere ainda que

o executivo não colocou à discussão pública o fim a dar aquele terreno, pois essa parcela de terreno, poderia servir para criar algo alusivo como um parque recreativo. -----

----- Em resposta a Armando Leal, o presidente começa por referir que até parecia que este não esteve presente. Voltou a referir que é verdade que continuam em plenas funções, e que este ato da venda em fins de mandato, sendo um assunto polémico, só demonstra coragem e determinação. Questionou também se alguma vez evocou o José Mota, como forma de o denegrir, referindo que o que disse, foi em prol da explicação do porquê da permuta, referindo que já ocuparam a alguns anos o terreno da D. Emília. Por fim, voltou a salientar que todo o processo da permuta será feito com a maior transparência possível. -----

----- Tomou da palavra Alberto Ferreira, iniciando a sua intervenção referindo que este é um ponto muito crítico. Refere que se tratou de um campo de futebol, para o qual trabalharam muitas pessoas para o construir e que poderia enunciar muitos nomes de pessoas envolvidas nesta construção, falará apenas em algumas como José Areias, ao qual foi dado um nome de uma rua circundante, mas que no seu entender é pouco. Referiu ainda que em 1988, foi feita uma escritura por usucapião em Paços de Ferreira, que daria titularidade ao “botafogo”, não sendo por isso nem património da junta de freguesia, nem da família Coelho. Referenciou que foi um benemérito deste campo desportivo, tendo trabalhado muito para o mesmo, quer na construção de infraestruturas, quer como patrocinador, quer como membro da direção do mesmo, tendo em tempos ficado comprometido com despesas inerentes ao mesmo e as quais pagou particularmente. Não concorda com a venda especificamente deste terreno, informando que sempre esteve em sintonia com o executivo da junta, quer fosse para vender, quer fosse para o que precisassem, continuando a defender que deveria ser feita algo em memória do antigo “campo botafogo” e também como homenagem a José Areias, pois faleceu na noite que terminou o “campo do botafogo”. Neste contexto referiu muitos trabalhos que também prestou à freguesia enunciando alguns como o poço de água da capela das fontainhas, o poço de água do “campo botafogo” e restantes infraestruturas, o poço no antigo campo do calvário. Concluindo assim a sua intervenção e anunciando o seu voto contra. -----

----- Em resposta a Alberto Ferreira, o presidente de junta refere mais uma vez que o campo de futebol já não existia, existia um terreno ao abandono. Refere também que o campo tinha dono e que existia um contrato de arrendamento para o qual não pagavam as rendas a alguns anos. Quando a família reivindicou a posse e titularidade do terreno e foi alcançado o atual acordo, também partilhou da opinião que dadas as circunstâncias foi um bom acordo para todos os intervenientes. -----

----- Colocado à votação este ponto, foi aprovado com sete votos a favor da bancada do PSD e seis votos contra, sendo cinco votos da bancada do PS e um da bancada do PSD de Alberto Ferreira. -----

----- De seguida Armando Leal, solicitou a leitura da declaração de voto dos membros eleitos pelo partido socialista, a qual não foi entregue a mesa. No entanto referiu que os seus votos eram contra, por três motivos, sendo o primeiro o facto de terem uma visão distinta da finalidade que pretendem dar ao terreno a alienar, em segundo, entendem também que a alienação de património, não é uma estratégia sustentável de governação e em terceiro lugar, trata-se do fim invocado a que pretendem dar uso ao dinheiro angariado na venda, que se trata da conclusão de um projeto em execução, quando numa outra assembleia lhes disseram que esse mesmo projeto era sustentável financeiramente. Referiu, portanto, que por estas razões, a bancada do partido socialista é contra. -----

----- O presidente de junta em resposta a Armando Leal, esclareceu que parte deste dinheiro realmente será afeto para equipamentos urbanos, nomeadamente para equipar o parque em execução, mas não é todo. Esclareceu ainda que a dinâmica do projeto assim os obrigou, e já estão a solicitar orçamentos para colocação dos mesmos. -----

----- **2.7 Autorização para celebração de contrato de arrendamento com a OMTEL, estruturas de comunicações, S.A. – para discussão e votação** -----

----- Dada a possibilidade de intervenção do presidente de junta, antes das inscrições, este referiu que este ponto, se deve a uma renegociação do contrato de arrendamento onde estão colocadas umas antenas. Informou, que a empresa em questão, apresentou uma proposta para baixar a renda dos quatrocentos e cinquenta euros para trezentos e cinquenta euros, com a contrapartida de adiantar o dinheiro de vinte anos de rendas. Proposta que não aceitaram por algumas razões, pois considera uma deslealdade angariar essa receita neste mandato e depois quem viesse a seguir não teria essa receita durante o período de contrato, depois viola também o princípio da anuidade orçamental, que não permite antecipar receita. Fizeram uma contraproposta de quatrocentos euros durante os primeiros dez anos, depois dos dez aos vinte anos, passaria para quatrocentos e cinquenta euros e a partir daí passaria para quinhentos euros. -----

----- De seguida este ponto foi colocado à votação, sendo aprovado por unanimidade. -----

----- **2.8 Outros assuntos de interesse para a Freguesia** -----

----- Abertas as inscrições para intervenção neste ponto, inscreveram-se, presidente de junta, Manuel Teixeira e Jorge Campanhá. -----

----- O presidente de junta iniciou a sua intervenção a qual passo a transcrever: ***“Realizamos hoje dia 21 de Junho de 2021, a última assembleia ordinária do mandato 2017-2021. Decorreram quase quatro anos desde a nossa investidura como autarcas da freguesia de Gandra. Quatro anos. Como tive oportunidade de dizer diversas vezes, a autonomia das***

autarquias locais é uma conquista da democracia, sendo a liberdade o seu máximo expoente. Sem liberdade não há democracia, com disse Francisco Sá Carneiro. Em cada sessão da assembleia que realizamos durante estes quatro anos, exercemos o direito conquistado de liberdade de expressão e participação ativa na vida política da sociedade. Para que hoje possamos expressar livremente as nossas convicções políticas foi percorrido um longo caminho por quem nos antecedeu. Estas nossas sessões da assembleia de freguesia foram realizadas de forma livre e pública, onde os seus membros tiveram oportunidade de se expressarem livremente, sem receio de retaliações ou censuras. É um direito que outros se sacrificaram e conquistaram para nós. Devemos honra-los. Em Portugal não há delito de opinião. Aqui ao lado, em Espanha, há gente presa por ter opinião, tendo-lhe sido julgada e condenada pelo crime de sedição. Reconheço a participação ordeira e ativa do público, cumprindo um dever cívico, não se resumindo a mera votação nas eleições de 4 em 4 anos. Nas intervenções do público, a preocupação central era o bem comum das pessoas e da freguesia. Sem ideologias e sem partidos, porque na defesa das pessoas não há ideologias. Outras intervenções houve, aceito, que foram marcadas por motivos estritamente políticos e encomendadas; mas as raras exceções confirmam a regra. Mas essas, cedo se esqueceram e não encontraram eco. Durante todo mandato, procurei trazer transparência aos assuntos, disponibilizando-me para esclarecer todo quando me foi questionado. Foi minha preocupação confessa tratar todos os membros da assembleia com igualdade, de forma justa e séria. Preocupei-me em manter com a mais digna civilidade a discussão dos assuntos agendados. Esta minha preocupação não torvou a firmeza na defesa das convicções e decisões políticas que defendi, nem nas da oposição, que são tão legítimas como as minhas. Momentos houve que não concordei com posições assumidas pela oposição, como esta não concordou com as minhas. Mas esse confronto de ideias, sempre houve sempre haverá. Estranho seria que assim não fosse. Por vezes ficaram coisas por dizer, outras vezes disse mais do que queira, mas faz parte da natureza humana e do calor da discussão. À moda de conclusão, este mandato decorreu em situações muito adversas. De todos os pontos de vista. No mandato precedente havia um conjunto de acordos celebrados entre o executivo da freguesia e o executivo municipal. Nessa perspetiva foram avançadas obras cujo valor seria assegurado pelo município e que o atual não aceitou. O acordo não foi com o atual executivo municipal. Não nos serve de desculpa, mas não é fácil quando nos é atribuído à freguesia apenas 3,27% (337.446,10€) em subsídios em 4 anos outras freguesias recebem para cima de 1.200.000€. O critério de distinção disse-o aqui várias vezes. Todos sabem qual é. Mas chegamos ao fim. Pretendíamos fazer muito mais. Não conseguimos. Por falta de engenho, pelas circunstâncias, mas não por falta de empenho. Desejo aos que ficam boa sorte e muito sucesso. O vosso sucesso é o nosso sucesso.”-----

----- Tomou da palavra Manuel Teixeira, referindo que a sua intervenção seria não como presidente de assembleia mas como membro desta assembleia eleito pelo PSD. Felicitou todo o executivo na pessoa do Sr. Presidente, congratulando-se pelo trabalho desenvolvido no decurso

deste mandato, focado principalmente nas áreas da ação social, ambiente, desporto e bem-estar geral de todos os habitantes de Gandra. Felicitou também o presidente de junta pelo trabalho efetuado nos dois mandatos que esteve à frente, desprendido de protagonismos, com ética, rigor, competência, honestidade e seriedade, sempre focado em melhorar a qualidade de vida de todos. Referiu ainda que foi uma grande honra trabalhar com o presidente de junta e que todos os Gandarenses o recordarão pelas suas qualidades. De seguida enalteceu todos os membros daquela assembleia pela forma como ajudaram com que os trabalhos decorressem dentro da normalidade, não obstante uma ou outra picardia, sempre dentro da razoabilidade de um debate político com opções e visões diferentes de cada bancada partidária. De seguida concentrou a sua intervenção no candidato à junta de freguesia de Gandra pelo partido socialista, José Mota, referindo que se constou que o mesmo tem andado a fiscalizar as obras que estão a ser efetuadas em Gandra, nomeadamente na Avenida Joaquim Ribeiro da Mota, questionando o presidente de junta, a ser verdade, se o mesmo foi contratado pela câmara municipal, sendo certo que a junta de freguesia não o contrataria sem trazer à aprovação desta assembleia. Continuando a sua intervenção sobre José Mota e sobre a apresentação da sua candidatura, referiu que o mesmo apresenta um pormenorizado currículo académico pelo qual o enaltece e o felicita. Quanto ao currículo político, ou por querer ocultá-lo ou por se envergonhar, refere que o mesmo se esqueceu de o completar. Pois quanto aos três mandatos que se terá referido como presidente de junta, ocultou que foi eleito sempre nas listas do PSD, omitindo também que foi membro da assembleia municipal no quadriénio 2013-2017, eleito pelas listas do PSD e com funções de secretário, cargo político importante e que ninguém de boa fé o esconde. Omitiu também que nos finais de Dezembro de 2016, integrou a lista de Rui Moutinho à comissão política do PSD Paredes, tendo estado essa comissão política em funções entre Dezembro de 2016 e finais de 2017 ou princípios de 2018. Ainda em relação ao convite distribuído para a apresentação de José Mota, passou a mensagem de ser candidato independente, mas o símbolo do PS aparece em três locais desse convite, em tamanho pequenino. Com este convite, refere que não sabe se é o PS que está envergonhado de apoiar a sua candidatura, ou se é o candidato envergonhado do apoio do PS. De seguida referiu que o atual presidente de câmara, ainda se lembrará dos termos da queixa apresentada ao atual candidato à junta de freguesia pelo PS, na altura presidente de junta, sendo talvez esta a razão de se sentirem envergonhados. Continuando a sua intervenção e ainda sobre a cerimónia de apresentação do candidato pelo partido socialista, alega que este terá dito que Gandra não tem junta de freguesia e que esta tem dilapidado o erário público, conseqüentemente com a conivência desta assembleia que terá aprovado a venda de terrenos baldios. Referiu então, que de seguida iria recordar alguns atos da gestão de José Mota como presidente de junta, relatando que o mesmo quando terminou o terceiro mandato em meados de outubro de 2013, a dívida a fornecedores à data era de 211 611,76 euros, dívida paga pelo atual executivo ao longo destes mandatos, que pouco ou nada fez para receber as rendas num sucateiro em vilarinho de cima, chegando ao valor de 140 000 euros, terá deixado um contrato assinado com uma empresa de tratamento de águas no montante de 3000 euros mensais, reduzido por esta junta para menos de 1000 euros mensais,

que celebrou contrato com outra empresa, expôs que o mesmo terá perdoado a um residente uma dívida superior a dois mil euros de consumo de água, o qual teria capacidade financeira para pagar a dívida. Conclui que estes atos de gestão, são sim criticáveis e inadmissíveis a um presidente de junta e esses sim foram praticados pelo candidato do PS, dilapidando o erário público gravemente. Por fim Agradeceu a Sérgio André e Jorge Oliveira pelo trabalho efetuado na elaboração das atas das assembleias de freguesia. -----

----- Em resposta a Manuel Teixeira, e relativamente à questão por ele colocada, este refere que as avenidas são da responsabilidade da câmara municipal e que, portanto, se alguém terá incumbido José Mota de alguma tarefa, terá sido a câmara e não a junta. Mas salienta que não tem qualquer conhecimento em relação a este assunto. -----

----- Tomou da palavra Jorge Oliveira, que depois de cumprimentar os presentes, iniciou a sua intervenção referindo que a política é a nobre arte de representar alguém através do voto, voto esse que significa a confiança de quem vota em quem é eleito e assim na qualidade de membro desta assembleia, eleito pelo PSD, reforça a confiança neste executivo, pela sua seriedade e competência dos seus membros, na sua lealdade para com o povo de Gandra. De seguida questionou qual era o interesse de alguém na democracia, que se preocupe com o bem-estar das pessoas, se umas vezes diz umas coisas e outras vezes diz outras, se umas vezes está à direita e outras vezes está à esquerda, alguém que anda à deriva e a aquecer os lugares das fileiras partidárias. Questiona também como poderá um Gandarense confiar no Partido Socialista, se a escolha do seu candidato está envolta de polémica, que instrumentaliza as associações e seus membros para fins eleitorais, questiona também como pode um Gandarense confiar no partido socialista, que nos últimos anos estiveram sempre contra a junta de freguesia, a tirar o tapete ao executivo e portanto a prejudicar os Gandarenses. Em seguida, refere que a resposta a estas questões é que não podem votar no partido socialista. Conclui que foi uma honra servir Gandra e fazer parte desta assembleia. -----

----- 3.0 INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

----- Abertas as inscrições para intervenção neste ponto, inscreveram-se Samuel Moreira, Paulo Ramalho, Carlos Cunha, Jorge Souto, Lúcia Vieira, Filipa Vieira e Renato Almeida. -----

----- Tomando da palavra Samuel Moreira, que se referindo a uma intervenção de um deputado desta assembleia eleito pelo PSD, refere que este aproveitou a assembleia para protagonismos.

----- Tomou da palavra, Paulo Ramalho, que depois de cumprimentar os presentes reclamou o facto de a rua da Cassil, estar sem luz pública há quatro dias. -----

----- Em resposta a Paulo Ramalho, presidente de junta referiu que esta avaria foi reportada à entidade competente e que era seu conhecimento já estar resolvida. -----

----- Tomou da palavra Carlos Cunha, que depois de tomar a palavra, criticou o presidente do moto clube de Gandra, Alberto Ferreira, por ter feito um apoio público a um candidato à junta de freguesia, em nome do moto clube, referindo que uma associação tem que ser imparcial no que

respeita a ideologias políticas e religiosas. Em relação ao “campo botafogo” refere que já não existe campo há muitos anos, que infelizmente já acabou há muitos anos e acabou por se terem esquecido daquele espaço, sendo em espaço dedicado nos últimos anos a outras práticas inapropriadas aos habitantes daquele lugar. -----

----- Pediu da palavra, o presidente de junta, para referir que Carlos Cunha residente no lugar do “campo de botafogo”, que com a sua intervenção vem comprovar o que é aquele lugar hoje e no que se tornou. -----

----- Tomou da palavra Jorge Souto, que depois de cumprimentar todos os presentes e na qualidade de representante da família Coelho, referiu-se à intervenção de Lucinda Rocha, atestando ser tudo verdade, o quando lá foi dito relativamente ao “campo botafogo” e aos acordos alcançados. -----

----- Tomou da palavra Lúcia Vieira, na qualidade de representante e filha de Emília Coelho, atestando ser verdade tudo o que Lucinda Rocha referenciou sobre o acordo verbal feito com a sua mãe e a junta de freguesia, representada na altura por José Mota, referenciando ainda alguns pormenores do dito acordo. -----

----- Tomou da palavra Filipa Vieira, na qualidade de representante e filha de Emília Coelho, também para atestar ser verdade tudo o que Lucinda Rocha referenciou sobre o acordo verbal feito com a sua mãe e a junta de freguesia, representada na altura por José Mota. -----

----- Tomou da palavra Renato Almeida, que informou que a sua intervenção de hoje se deve apenas em defesa de José Mota, seu sogro, pois entende que esta assembleia denegriu a sua imagem, referindo-se em particular a Manuel Teixeira, Jorge Oliveira e depois a Lucinda Rocha. Referiu-se ainda a Jorge Oliveira, referenciando que este terá dito que gosta muito de Gandra e que faz muito por gandra, mas numa assembleia municipal, o seu líder de bancada terá referenciado que não gosta de Gandra e que foi um erro estratégico implementar a CESPUI em Gandra, e ele nada disse e nada fez contra aquelas declarações em defesa da nossa freguesia. Continuando ainda fez um resumo sobre o acordo feito, defendendo que estas constantes referências ao acordo só servem para desvirtuar ou desviar as atenções no que realmente é discutido, que é a venda do terreno, parcela sobrance, defendendo que na sua opinião deveria lá ser dado outro destino em memória do “campo do botafogo” e não vender. -----

----- Manuel Teixeira, dirigiu-se a Renato Almeida, questionando com que termos é que insultou alguém naquela assembleia. -----

----- Pedindo da palavra, o presidente de junta dirigiu-se ao presidente da assembleia relembrando que as intervenções do público, não são para intervenções políticas, são para fazerem perguntas, referindo que não ouviu Renato Almeida fazer uma única pergunta. Ainda voltou ao assunto sobre a permuta, referindo de que o que depender dele a permuta será feita.

----- Tomando da palavra o presidente de assembleia refere que as contas referentes ao ano dois mil e vinte, terão que ser enviadas e conseqüentemente é necessária a aprovação da ata

em minuta. Colocando à votação a aprovação da ata em minuta, a mesma foi aprovada por unanimidade. -----

----- O Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, às vinte e três horas e trinta minutos. -----

----- Da sessão foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da mesa presentes. -----

Geórgio Filipe da Mata Pereira André
José Cândido de Melo Pereira
